

Sessão 31^º
Em 11 de junho de 1827.

Presidencia do Sr Bispo Capellão Mór.

Achando-se presentes 29 Srs Senadores, o Sr Presidente declarou que se abria a Sessão, e lida a Acta da antecedente, foi aprovada.

O Sr 1º Secretº leo huma Felicitação que havia recebido da Ca-
mara de S. João d'El Rey, concebida nestes termos:

Augustos e Digníssimos Srs Representantes da Nação Brasilei-
ra = A Camara de S. João d'El Rey, cheia de júbilo pela noticia que
recebeu de haver-se verificado no dia 3 de Maio corrente a Instalação
da Assemblea Geral Legislativa, por si, e pelo povo a que pertence, faz
subir suas felicitações ao Augusto Recinto donde se discutem os in-
teresses da Nação Brasileira: ella se compaz, e se alegra verdadeira-
mente, vendo Esta segunda Instalação, porque julga que das con-
tantes, e anuais reuniões, he que deverá provir a prosperidade ao
Povo Brasileiro: fazendo-se a necessaria mudanca nos Códigos Civil
e Criminal: regulando-se por Leis peculiares os Conselhos Provinciais:
dando-se a necessaria consistencia aos Municipios, d'onde pode ema-
nar grandes bens as diversas rendas e applicações Municipais: em
fin dando huma nova forma ao Governo Civil, e Político dos Distri-
tos, quando o Povo aguardado das arbitrariedades das autoridades
territoriais; e formando hum bem combinado plano de imponição,
e arrecadação na parte essencial do Império, a Repartição da
Parenda. E como, Augustos e Digníssimos Srs, poderia de outra
sorte a Assemblea Geral tratar de tanta e tão diversos e complexos
objectos, se não houverem as reuniões annuais? Mas por se ob-
servar Esta Especial Base da nova Constituição, que a Camara
de S. João d'El Rey, e os Povos do seu Termo hoje se dirigem a Es-
te Augusto Congresso a felicitar a Nossa segunda Reunião, da qual
espera a Patria por justos titulos, todo o bem, que Nós Augustos Le-
gisladores, como Filhos gratos, e por Ela enotícios, lhe devemos prestar.
Deus guarde os Preciosos dias, de Nós Augustos e Digníssimos Se-
nhores, como nós haveremos mister. S. João d'El Rey, em Camaras
de 30 de Maio de 1827. — Baptista Coutano de Almeida. — Antônio
José Padua. — Francisco Antonio da Cunha Magalhães. — José
Coelho Mendes. " Soi recebida com agrado.

Em consequencia de algumas reflexões feitas pelo Sr. Marquês de Paranaguá, o Senado resolveu que se transcrevesse por inteiro na Acta a dita Petição.

O mesmo Sr. Secretário participou que o Sr. Senador Joaquim Antônio Rodrigues de Carvalho se achava impossibilitado de comparecer neste Senado por estar aggravada sua moléstia. O Senado ficou inteirado.

Entrou-se na Ordem do dia, começando pela primeira parte della, que era a continuação da 2.ª discussão do Projecto sobre Municipalidades.

Leu-se o Art.º 8º Occorrendo algum negocio urgente, e quando não admitta demora, o Presidente convocará a Câmara extraordinaria, se assim o julgar conveniente, e para retomar a competente deliberação.

Sendo proposto á votos, foi aprovado tal qual estava redigido.

Seguiu-se o Art.º 9º Nenhum Senador poderá votar em negoio de seu particular interesse, nem de seus Pais, filhos, Irmãos, ou Cunhados enquanto durar o mandado: fira destes casos nenhum Senador se poderá escusar de votar.

Foi mandadas a Mesa as seguintes

Emendas.

1.º Do Sr. Marquês de Itambé. „ Ao Art.º 9º 1.º Em lugar das palavras de seus Pais e filhos se diga = nos negoios de interesse em linha recta de ascendentes ou descendentes. 2.º que se suprimam as palavras enquanto durar o mandado. 3.º additivo - será também escuso de votar o Senador que for imputado, ou acusado seja por sua prova da parte interessada, ou seja jurada pelo proprio Senador, com tanto que declare o motivo em que funda uma imputação. salva a redacção. Marquês de Itambé. „

2.º Do Sr. Oliveira. Requiero que depois das palavras finais = nenhum Senador = se acrescente = que tiver anistido a discussão =. Sua fôrça de Oliveira. Foi apoiada.

O Sr. Marquês de Itambé ofereceu á mesa emenda o seguinte Additamento.

No mesmo artº será igualmente escuso de votar em negocio de particular interesse de seus sobrinhos filhos de Irmãos, ou Irmãas. Sal-

ra a redação., Foi apoiada.

Julgando-se discutida a matéria, o Sr. Presidente propôs a votação do Senado:

1º Se punava o Artº salvas as emendas: Venceu-se que sim.

2º Se aprovava a 1ª parte do artº abrindo a palavra = interve =:
Afim se decidiu.

3º Se em lugar das palavras = de seu País e Filhos = se diria =
nos negócios de interesse em linha recta de ascendentes, ou descendentes: Resolveu-se que não.

4º Se aprovava a parte do artº que diz = enquanto durar
o casamento: Passou.

5º Se depois das palavras finas, se acrescentaria - que ti-
ver assistido a discussão: Resolveu-se que não.

6º Se aprovava que fosse admitida a escusa por suspeita,
Afim se venceu.

7º Se ameaçação poderia ser posta tanto pela parte, como
pelo Vereador: Resolveu-se pela afirmativa.

8º Se bastava o simples juramento: Passou.

9º Se os Vereadores seriam inhibidos de votar em negócios
dos sobrinhos; Venceu-se pelas negativas.

Passou-se ao Artº 10º Nas sessões das Vereações, que os
Escrivães da Câmara levarão sempre na presunção dos Vereado-
res, para serem por estes designados, quando os que ficassem
vencidos fizessem declarar seus votos, sem produzirem os rascunhos em
que se firmaram.

Julgando-se discutido, foi proposto á votos, e aprovado
como estava redigido.

Seguiu-se o Artº 11º Os Vereadores tratarão nas Vereações
dos bens e obras do Conselho, do governo económico, e policial das
terras, e do que neste ramo for á posta dos seus habitantes.

O Sr. Marquês de Itambépe apresentou a seguinte
Emenda.

, Ao Artº 11º Proponho que se suprima este artº por se achar
repetido em outros lugares, para se attender a mesma matéria na
redação da Lei. Marquês de Itambépe., Foi apoiada.

Havingo-se terminado o debate, foi proposto:

1º Se se suprimiria o artº: Venceu-se que não.

2º Se panava o artº tal qual estava redigido: Assim se decidiu.

Leu-se o Artº 12º. Cuidarão saber o estado em que se achão os bens dos Conselhos, para reivindicarem os que se acharem alienados contra a determinação de Leis; e farão repor no antigo estado os serviços, e caminhos públicos, não conservando de maneira alguma que os proprietários dos predios usurparem, tampem, estreitam, ou mudem á seu arbitrio as estradas. A este fin procederão a huma sumaria informação de testemunhas, perante as partes, ou seus procuradores, ainda sem citação das mulheres.

O Sr. Carneiro de Campos enriu à Mesa a seguinte Emenda.

"Substituindo-se as palavras. A este fin procederão de plano á huma informação sumária e verbal de testemunhas, perante as partes ou seus Procuradores, ainda sem citação de suas mulheres.
11 de Junho. Carneiro de Campos." Foi aprovada.

Depois de julgar-se discutidas a matéria, foi proposto á votação o Artº e panau na conformidade da emenda.

Seguiu-se o Artº 13º. Não poderão vender ou trocar bens imóveis do Conselho sem autoridade do Poder Executivo por intermédio dos Presidentes da Província, an quais encarregão as suas representações feitas conforme o Artº 6º do Título IIº, exprimindo os motivos e vantagens da alienação ou troca, com a descrição topográfica e avaliação por peritos dos bens que se pertendem alienar ou trocar.

O Sr. Marquez de Santo Amaro apresentou a seguinte Emenda.

"Depois das palavras bens imóveis do Conselho - o seguinte - sem autoridade do Poder Legislativo, ou do Poder Executivo, por meio dos Conselhos Gerais da Província, na conformidade do que determina a Constituição. Salva a redação. Marquez de S. Amaro." Foi aprovada.

Findo o debate foi proposto á votação e aprovado o antigo conforme a emenda oferecida.

Panou ao Artº 14º. Obtida a faulda, arrenda, se farão sempre um Líbido público, e á quem mais der, excluídos os officiaes, que servirem entro nos Conselhos, exigindo-se fianças idóneas quando se fizerem a pagamentos por se não poderem logo realizar a dícheio, pena de responsabilidade pelo prejuizo dali resultante.

O Sr. Carneiro de Campos ofereceu a seguinte
Emenda.

Art.º 14. Substitua-se á palavra - Conselhos - a palavra - Ca-
maras - 11 desconto. Carneiro de Campos. • Foi apoiada.

Sendo posto à votação o artigo, foi aprovado, substituin-
do-se á palavra - Conselhos - a palavra - Camaras.

Leu-se o Art.º 15º. Da mesma forma, e com as mesmas
cautelas e responsabilidade prescritas no art.º antecedente, se
farão os aforamentos, e arrendamentos dos bens dos Conselhos;
mas estes Contratos poderão as Camaras celebrar por simples
deliberação, e serão confirmadas pelos Presidentes das Províncias.

Nervão entao á Mesa as seguintes
Emendas.

1ª Do Sr. Marquez de Inhambygo. , Ao Art.º 15 Propõe-se
que se suprima a ultima parte deste artº da palavra, mas em
diante, e que seja substituída pelo modo seguinte = Estes contra-
tos serão regulados pela maneira estabelecida no artigo treze.
salva a redacção. Marquez de Inhambygo. ,

2ª Do Sr. Carneiro de Campos. , Ao Art.º 15 Depois da pa-
lavra aforamentos, digo - se . Os arrendamentos substituindo o Leilão
e fiança prescritos no art.º 14, poder-se-ão fazer por simples
deliberação e acordo das Camaras em suas Sessões. salva a re-
dução. 11 desconto. Carneiro de Campos

3ª Do Sr. Marquez de Sacarepágua. , Propõe-se que no art.
13 entre as palavras vender e trocar, se ponha a palavra aforar;
e no Art.º 15 se suprimam as palavras = aforamento, e que tam-
bém se suprima o resto do artº depois da palavra deliberação.
salva a redacção. Marquez de Sacarepágua. , Foram apoiadas.

Sendo também apoiado o adiamento requerido pelo Sr.
Marquez de Sacarepágua, relativo á palavra - aforamento - en-
trou um discurso, não parecendo.

Continuando o debate, e julgado este insuficiente, o Sr. Presidente
propos:

1º Se passava o artº salvar as emendas. Nenhum se que sim.

2º Se aprovava a transposição da palavra = aforamento = pa-
ra o Art.º 13. Resolveu-se que sim.

3º Se aprovava que o artº ficasse redigido na conformidade da

emenda do Sr. Carneiro de Campos: Assim se decidiu.

Seguiu-se o Artº 16º Quando acharem não ser proveito dos Conselhos que se aforem, ou arrendem os bens, manda-llos haver aprovitar, pondo nesses bens administradores, para que venha á melhor arrecadação, ficando os ditos Vereadores responsáveis pela falta de execução.

Offercerão-se os artigos os seguintes
Emendas.

1ª Do Sr. Marques de Jacarapagua. Propõe que se suprima as palavras = aforem ou = salva arredação. Marques de Jacarapagua.

2ª Do Sr. Soledade. No Artº 16. Em lugar das palavras = aforem = diga-se = se alienum. Soledade.

Torão apoiadas, e entraram em discussão, e finda esta foi proposto à votação pelo Sr. Presidente o artº, e passou substituindo-se á palavra = aforem = a palavra = alienum.

Leu-se o Artº 17º Dentro em dous meses depois da pone em mãos a Camara as contas ao Procurador, ou Procuradores, e Tesoureiros portugueses, que ainda não os tenham dado, e depois de fiscalizadas pelo Corregedor da Comarca, se remetterão ao Presidente da Província para serem aprovadas em Conselho conforme a Lei de 20 de Outubro de 1823, depois de que se farão publicar pela Imprensa, havendo-a. Aparecendo algum abusivo, proceder-se-há imediatamente á sua arredação, assim como á das rendas, e quaisquer dívidas que se deixarem de cobrar; devanearia que não fiquem de bens para outros amos por negligencia dos Oficiais das Camaras, pena de pagarem sobre tanto de sua fornada.

O Sr. Carneiro de Campos ofereceu a seguinte
Emenda.

Artº 17. Depois da palavra = impressa = diga-se, com falta por affichas em lugares públicos. Depois da palavra = cobrar = diga-se, pena de responderem pelos prejuízos resultantes da sua negligencia, suprimindo-se as palavras que existem no artº Carneiro de Campos. Salva arredação. Foi aprovada.

Havendo-se julgado suficientemente discutida esta matéria, foi proposto à votação:

1º Separava o Artº salvas as emendas: Venceu-se que sim.

2º Se se approuava que depois da palavra = impressa = se dis-
se = e em falta por affichas um lugares publicos. Assim se decidiu.

3º Se depois da palavra = cobrar = se diria = pena de responde-
rem pelos prejuizos resultantes de sua negligencia =; suprimin-
do-se as palavras que existem no artigo: Perobreco se quissem.

O Sr. Presidente des para Ordem do dia; 1º a continuação da
2ª discussão do Projeto sobre Municipalidades; e se houver tempo a
3ª discussão do Projeto que marca a dotação de S. M. o Imperador,
e Família Imperial, que fizer adiada na Sessão do anno passado.

Lerontau-se a Sessão ás duas horas da tarde.

Bispo Capella Nro. Presidente.

M 6

Visconde de Bragança de Coimbra 1º Secretario
José Joaquim de Carvalho, 2º Secretario.